

Negacionismo histórico e neoliberalismo à brasileira

Neide César Vargas (Profa da Universidade Federal do Espírito Santo)

1. Introdução

Até a pandemia da COVID-19 as diferentes manifestações do negacionismo não pareciam nada mais do que pilhéria, sem grandes efeitos sobre a realidade. Do terraplanismo, à recusa do aquecimento global, ao movimento antivacina, chegamos às situações graves de negação da própria existência de uma pandemia, da defesa do uso de medicamentos sem comprovação científica, da ideologização das vacinas, dentre outros. As ideias anticientíficas passaram a orientar o comportamento de parcela não desprezível da população, em vários países do mundo, orientando até mesmo as próprias políticas públicas, como tem sido o caso no Brasil.

Neste artigo identificamos o negacionismo científico como um fenômeno que vai além de um comportamento individual e cuja propagação e impacto, num mundo conectado por mídias sociais, requer uma análise mais cuidadosa. Preocupa-nos particularmente o negacionismo aplicado ao campo da história bem como os impactos políticos que as releituras históricas dele advindas têm sobre o presente.

Dardot e Laval (2018, pp. 3-6) pontuam que vivemos numa etapa do capitalismo inédita, regida por uma forma política original, na qual vários elementos do passado têm sido retomados (fascismo, negacionismo, conservadorismo, libertarianismo, etc), sem que isso signifique uma volta ao passado, com todos esses elementos sendo acionados de uma maneira nova, sob o acicate da concorrência e a lógica do capital subjacente. É um modo de governo peculiar, governo num sentido foucaultiano, de racionalidade que rege as instituições e os indivíduos, e se traduz no que os autores mencionados vêm denominando de governamentalidade neoliberal.

Ao destacarem o caráter “plástico”, “plural” e “sistêmico” desse sistema de poder, Dardot e Laval nos chamam a atenção para sua dinâmica, que entranha a lógica do capital em todas as dimensões da existência humana, num sistema que “se alimenta e se radicaliza por meio de suas próprias crises”, “se sustenta e se reforça porque governa mediante a crise”, crise não apenas econômica mas também social e política. Distintamente do que ocorreu no passado, sob a governamentalidade neoliberal o que ocorre é o aproveitamento sequencial das crises de qualquer natureza para um aprofundamento das mudanças exigidas pela lógica do capital (DARDOT, P.; LAVAL, 2018, p. 2).

Após mais de quatro décadas nessa trajetória, os princípios da vida em comum preexistentes vêm ruindo, promovendo continuamente, nas relações sociais, “situações de rivalidade, de precariedade, de incerteza, de empobrecimento absoluto e relativo” (DARDOT, P.; LAVAL, 2018, p. 6), sem que mobilizações de resistência relevantes sejam observadas.

Sem entregar ganhos materiais na forma de crescimento e emprego, o neoliberalismo parece se sustentar materialmente na primazia do consumo e na disseminação da financeirização no âmbito econômico (ANDERSON, 2007, p. 12). Mas ele também parece depender da forma como a sua racionalidade se propaga no tecido social e molda o domínio do político. Sob a bandeira da liberdade individual, a ordem neoliberal se mantém e se aprofunda promovendo uma “conformidade voluntária”, mencionada por Hayek (1958), na qual as ideias ocupam um lugar importante, capaz de justificar os aprofundamentos seguidos, muitos deles demandados pelas próprias pessoas.

Particularmente, desde a crise econômica de 2008, sob a ação dos Estados, intensificaram-se os efeitos destrutivos do sistema sobre a vida econômica e social, alimentando os sentimentos de raiva e ressentimento de parcelas da população, ensejando crises políticas que colocam a própria democracia liberal em questão, e, em alguns países, promovendo um terreno fértil para populismos antissistema (DARDOT, P.; LAVAL, 2018, p. 7). Analisando particularmente a experiência no centro do capitalismo, os EUA, Wendy Brown (2019) constatou que lá está em curso um processo de desdemocratização. Essa experiência parece se propagar pelo mundo, com alguma defasagem.

Dardot e Laval denominam essa etapa recente de Novo Neoliberalismo, no qual prospera “abertamente o paradigma da guerra contra a população, apoiando-se, para se legitimar, na cólera dessa mesma população” (DARDOT, P.; LAVAL, 2018, p. 7), tendo o Estado como o seu agente fundamental, promotor de uma guerra econômica e policial continuada, sem limites ou freios, e que se usa das leis para naturalizá-la e justificá-la. A democracia liberal tende a definhar pela conjugação das duas dimensões: “a radicalização da estratégia neoliberal e o paradigma militar da guerra contrainsurgente, a partir da mesma matriz de guerra civil” (DARDOT, P.; LAVAL, 2018, p. 10).

Num ambiente dessa natureza o negacionismo científico, que de fato sempre existiu, se revigora e se propaga, sendo colocado a serviço dessa lógica, aparecendo eventualmente como uma arma importante para a ação de determinados governos, grupos políticos e econômicos, empresas e organizações. Sem que evidentemente seja uma estratégia

unificada e orquestrada, as releituras históricas se fortalecem e assumem o papel ideológico de justificar mudanças correntes na economia e nos costumes.

Ante a natureza do fenômeno, atacar e ridicularizar individualmente os adeptos das ideias negacionistas tende a agravar o seu efeito sobre a população, irmanando essas pessoas e aprofundando as polarizações. O mais adequado parece ser reconhecer o poder de conformidade envolvido nas ondas de ideias negacionistas, no âmbito das quais os indivíduos se deixam convencer por posições políticas muitas vezes contrárias ao interesse comum e, a médio prazo, aos seus próprios interesses. Não é à toa que observamos o vigor, na atualidade, de movimentos sociais que assumem caráter regressivo, voltados para reduzir ou cancelar direitos (BARBOSA, 2018, p. 392).

Parece importante, antes de seguir com a análise proposta, conceituar minimamente o que entendemos por negacionismo científico, que se utiliza do conhecimento científico de maneira seletiva, visando desacreditar determinadas ideias e abrir espaço para crenças pseudocientíficas, aproveitando-se do desconhecimento que o grande público tem acerca de como a ciência opera (ROSENAU, 2012, p. 567). As ideias negacionistas visam levantar suspeições por meio de estratégias falsificadoras, dirigidas a abordagens que são respeitáveis nos ambientes científicos, mesmo que nem sempre consensuais, utilizando-se para tanto de uma retórica de convencimento propagada junto às mídias e ao grande público (DIETHELM ; MCKEE, 2009, p. 2).

Segundo Rosenau (2012), o negacionismo emprega, de maneira articulada, alguns ou os cinco dos elementos a seguir: i) a identificação de conspirações inexistentes; ii) o uso de falsos especialistas; iii) o uso seletivo de informação científica; iv) a pontuação de limites intrínsecos da abordagem científica como elemento de invalidação de seus resultados (disponibilidade completa e qualificada de dados, incerteza intrínseca dos modelos matemáticos probabilísticos, etc); v) o estabelecimento de falsas analogias, de associações falaciosas ou negativas, visando combater dada ideia científica.

Na identificação de conspirações, os propagadores do negacionismo enunciam que existe uma conspiração secreta e complexa entre cientistas por trás de dada opinião, opinião essa que, de fato, é a conclusão que parcela respeitável de cientistas daquele campo chegou, por meio de metodologia científica reconhecida por pares. Os negacionistas empreendem inversões que atribuem aos estudiosos de peso as estratégias que de fato quem adota são os próprios negacionistas (DIETHELM & MCKEE, 2009, p. 9).

No que tange à seletividade de informações, as práticas negacionistas utilizam-se de artigos isolados, que desafiam as ideias dominantes geralmente destacando a “coragem”

do autor dissonante em questionar a todos, comparando-o a Galileo; ou, utilizam-se de artigos sem expressão e minoritários, para desacreditar todo um campo de pesquisa. Uma variante aqui é marginalizar ou desacreditar os pesquisadores de peso na área, optando por aqueles que dizem o que determinado grupo de interesse deseja ouvir (DIETHELM & MCKEE, 2009, p. 3).

No estabelecimento de expectativas que a ciência não pode atender, os negacionistas buscam rejeitar os dados com base em exigências técnicas que não podem ser atendidas, referidas ao intervalo temporal ou a qualidade da informação. Por exemplo, nas áreas de exatas, usam a incerteza intrínseca dos modelos probabilísticos para recusá-los como meios de entender um fenômeno. Por último, estabelecem associações do fenômeno que querem negar com figuras que causam desconforto, como Hitler, ou chamar os estudiosos de nazistas, estabelecendo falsas analogias (DIETHELM & MCKEE, 2009, p. 3).

O negacionismo, desta forma, não é em si um fenômeno novo, ocorrendo por motivações políticas, ideológicas, religiosas ou econômicas. Não obstante, no contexto do neoliberalismo, ele é ressignificado e atinge não apenas às ciências exatas e biológicas, mas também as ciências humanas, como a História e a Educação, daí a importância de estudar a sua ação nos diferentes tempos históricos e nos diferentes campos de conhecimento.

Este artigo visa analisar as noções que estão subjacentes ao negacionismo histórico propagado no Brasil a partir de meados da década dos 2000 além de identificar relações dessa propagação com a atuação política e o perfil da nova safra de *think tanks* liberais que se instalou no país desde aquele momento. O texto é dividido em três partes: a primeira e a segunda, que relacionam o negacionismo na história com a cosmovisão conspiratória do “marxismo cultural” e com alguns elementos anticientíficos do pensamento da Escola Austríaca e, a última parte, que discute a relação dos *think tanks* liberais aqui instalados com o uso político do negacionismo histórico no Brasil.

2 . A cosmovisão conspiratória do “marxismo cultural” e suas relações com o negacionismo histórico no Brasil recente.

De acordo com Woods (2019), jornalista político estadunidense, o “marxismo cultural” é uma teoria da conspiração estruturada pela direita alternativa naquele país. Para ele, como toda teoria da conspiração, ela interessa muito mais pelo contexto histórico que a gera do que pelo seu conteúdo em si. Buscando o contexto desencadeador dessa ideia, o autor identifica que foi o ambiente da guerra fria nos EUA, no qual eram comuns as operações de contra inteligência do FBI e da CIA, voltadas para reprimir a ação dos grupos de

esquerda e alimentar o divisionismo no seu seio. De acordo com o mesmo jornalista, Lyndon LaRouche, um ativista de esquerda estadunidense, afetado por esse ambiente e por sua mania de grandeza, desenvolveu um comportamento paranoico, dirigido para a própria esquerda. Para Woods (2019) LaRouche teria se enredado nas armadilhas do FBI, criando uma cosmovisão imaginosa, que identificava uma grande conspiração envolvendo toda a esquerda estadunidense, estando apenas ele dela isento.

Ao partir para o ataque dos seus moinhos de vento, LaRouche passou a afirmar que as organizações de espionagem faziam lavagem cerebral na esquerda, utilizando-se dos autores da Escola de Frankfurt para tanto. É conhecido o fato de que os principais autores dessa escola imigraram para os EUA nos anos 1930 e que sua teoria crítica passou a ter ampla aceitação nas universidades, notadamente junto aos intelectuais de esquerda. Com base em sua cosmovisão, LaRouche criou um movimento que visava combater o que identificava ser a degeneração da esquerda estadunidense em direção ao fascismo. Woods destaca que, como é típico das teorias da conspiração, é LaRoche quem empreendeu uma trajetória rumo a um movimento político de culto à personalidade, com elementos fascistas e antisemitas, e, gradualmente, transitou para um ativismo de extrema direita.

Woods (2019) também pontua que LaRouche via o seu movimento como uma elite intelectual cujo objetivo era combater a hipotética regressão cultural promovida pelos frankfurtianos e, ao mesmo tempo, promover o renascimento cultural da civilização ocidental. Suas ideias, cada vez mais persecutórias, passaram a identificar os pensadores da Escola de Frankfurt como conspiradores sionistas, voltados para destruir a cultura americana e a civilização ocidental e inaugurar um novo barbarismo.

A esposa de LaRouche, Helga LaRouche, fundou, em 1984, o *think tank* liberal *Schiller Institute*, com sede na Alemanha. A revista *Fidelio*, vinculada a esse *think tank*, publicou, em 1992, o artigo “The New Dark Age: The Frankfurt School and Political Correctness”, de Minnicino (1991), então adepto do movimento LaRoche. O artigo consolidava o pensamento de LaRoche naquela altura, repetindo a ideia da Escola de Frankfurt como destruidora da cultura judaico-cristã e defensora de uma nova era de barbarismo cultural. O artigo de Minnicino também ampliava a abrangência histórica desse hipotético processo de regressão cultural marcando seu início no final do século XIX. Adicionalmente, esse autor introduziu novos autores na lista de inimigos imaginários, além de radicalizar a defesa da moralidade judaico-cristã tradicional e explicitar a crítica ao politicamente correto, comportamento identificado com a esquerda nos EUA nas questões culturais. Os novos inimigos que agregou eram figuras representativas do pós-

modernismo, dentre elas Michel Foucault, Roland Barthes, Jacques Derrida, etc, que passaram a ser conhecidos nos EUA a partir dos anos 1970.

Na defesa da moral tradicional o autor se esmerou em associar os frankfurtianos às práticas morais condenadas por essa moralidade bem como ao que entendia serem as manifestações à época de uma cultura ocidental degradada. Tratou os movimentos típicos de 1968 como desdobramentos da influência cultural frankfurtiana regressiva associando a eles a promoção nos EUA da promiscuidade, do uso de drogas e da degeneração da arte. Adicionalmente, Minnicino localizou nas universidades o principal reduto dessa visão, marcando o que entendia serem relações conspiratórias entre as pesquisas dos frankfurtianos e a CIA, além de outras organizações privadas financiadoras, nas quais ele destacava o poder econômico de judeus. Por fim, o artigo sugeriu a existência de uma manipulação social generalizada, promovida pelos autores atacados, visando moldar a opinião pública estadunidense e utilizar-se do rádio, da televisão, de filmes, de músicas e propaganda para tanto. Neste ponto é interessante recordar que é a obra de Minnicino (mal adaptada) o que embasou um artigo jornalístico do indicado por Bolsonaro para dirigir o INEP/MEC em 2020¹.

O frágil vínculo que o artigo de Minnicino estabeleceu entre teorias tão díspares é interpretado por Robles e Berrocal (2019, p.3) como sendo o simples foco dos mesmos em aspectos culturais, sintetizado pelo primeiro como as “tendências da estética do politicamente correto”.

Woods (2019) chama a atenção para o fato do termo “marxismo cultural” não aparecer nessas visões prévias. Destaca que foi a partir da década de 1990 que ele se popularizou, por meio da direita extremista estadunidense, utilizando-se das ideias de LaRoche, de Minnicino e mesmo agregando um “gramscismo” deturpado, extraído da noção de guerra cultural já popularizada pelo sociólogo estadunidense James Davison Hunter². Destacaram-se, entre os divulgadores dessa nova versão da teoria da conspiração e do uso político do termo “marxismo cultural”, dentre outros, os conservadores estadunidenses Paul Weyrich, William S. Lind, Michael A. Walsh, Pat Buchanan e David Horowitz, esse último ex militante de esquerda. Mais recentemente, numa abordagem publicitária, Steve

¹ A indicação de Murilo Resende Ferreira, doutor em economia pela Fundação Getúlio Vargas, seguidor de Olavo de Carvalho, foi depois revista. O artigo que publicou, numa revista conservadora de pouca expressão, era intitulado “A Escola de Frankfurt: satanismo, feiúra e revolução”.

² Esse autor escreveu um livro, de 1991, intitulado *Cultural Wars: the struggle to define America*. A despeito de se tratar de uma obra muito mais descritiva dos conflitos políticos na sociedade estadunidense, sem uma discussão teórica de peso, é um dos primeiros a associar a cultura, a guerra cultural, com o conceito de hegemonia cultural de Gramsci.

Bannon - o ex estrategista político de Trump e de Bolsonaro, e, numa roupagem mais glamourizada e numa estética de mídias sociais, Jordan Peterson, crítico do “marxismo cultural”, confesso desconhecedor da obra de Marx, de quem só leu o Manifesto Comunista³.

Instrumento útil para combater inimigos políticos de esquerda, a cosmovisão do “marxismo cultural” passou a ser utilizada no mundo com diferentes ênfases e misturas, num *self service* de ideias que pode apresentar elementos de Marx, Lenin, Gramsci, autores da Escola de Frankfurt, autores pós-modernos e outros, todos eles classificados como marxistas. A conveniência política dessa mistura eclética e imprecisa, permite localizar numa única frente e atacar em conjunto as principais abordagens críticas ao capitalismo e mesmo abordagens da subjetividade capitalista neoliberal – essas últimas também criticadas pelos próprios marxistas ortodoxos.

Esse embate ideológico colou o rótulo de “marxistas culturais” ao conjunto da esquerda, todos os seus segmentos jogados no mesmo balaio. Forças políticas de direita denunciam a ação de “marxistas culturais” voltada para destruir a cultura ocidental, as bases judaico-cristãs dessa cultura bem como a família nuclear tradicional e seus valores. Trata-se sempre do uso conveniente de aspectos das obras e das vidas de autores críticos, desqualificando-os, moral e intelectualmente, concatenando fatos e insinuações de forma a sugerir a existência de uma grande conspiração. A propagação dessas ideias pela mídia tradicional, pelos diferentes canais das mídias sociais e por *think tanks* liberais, por políticos e empresários ultraliberais, confere a elas um *status* de verdade, alimentando polarizações e contribuindo para desqualificar a esquerda como um todo e, particularmente, a intelectualidade de esquerda nas universidades. O campo da história é um dos que tem sido chamuscados por esse tipo de movimento.

No Brasil essa teoria da conspiração teve como principal estruturador e divulgador Olavo de Carvalho, seguindo os conteúdos já expressos anteriormente e agregando componentes nacionais, especialmente aqueles ligados ao militarismo. De acordo com professor de História da USP Lincoln Cecco⁴, na América Latina, a inserção da leitura deturpada de Gramsci (por ele denominada “gramscismo”) foi feita por militares, já a partir dos 1980, os quais tomaram esse autor como o ideólogo de uma nova estratégia do Movimento

³ Conforme ele mesmo afirma num debate com Zizek em 2019: <https://www.youtube.com/watch?v=lsWndfzuOc4>

⁴ O artigo de Cecco pode ser encontrado no link: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/05/08/gramscismo-uma-ideologia-da-extrema-direita/>

Comunista Internacional. Numa linha similar a LaRouche, os militares da América identificaram uma conspiração comunista voltada para a tomada de poder político, de forma gradual e pacífica, por meio da subversão cultural e do jogo democrático, para assim se alcançar o socialismo.

Conforme Cecco (2019), Olavo de Carvalho se notabilizou por utilizar as ideias do “gramscismo” desde 1994, com o lançamento de seu livro “O imbecil coletivo”, cujos inimigos eram especialmente o PT e a esquerda. Inicialmente solitário nessa tarefa “antecipou uma linguagem apelativa e anti-intelectual antes que esse tipo de abordagem encontrasse um lugar e um instrumento eficiente de disseminação nas redes sociais, então inexistentes”. A retórica que Carvalho criou e depois disseminou, combinava “referências supostamente eruditas; linguagem apelativa e vulgar; convite à ação”(CECCO, 2019).

De acordo com a biografia de Olavo de Carvalho, feita por Patschiki (2020), Carvalho teve uma breve passagem pelo Partido Comunista Brasileiro na sua juventude, considerase um filósofo, notabilizando-se como um crítico da esquerda, da educação formal e das universidades. Ele construiu a sua formação por meio de um curso inconcluso de graduação em Filosofia, na PUC-RJ, e estudos independentes, sob a orientação de profissionais de religiões comparadas (inclusive astrologia e esoterismo), de psicologia, de línguas e de literatura. Foi jornalista no Brasil, em jornais e revistas tradicionais (1967-2005), e assumiu uma maior projeção a partir de fins de 1997, sempre ministrando cursos de filosofia independentes e escrevendo livros sob o apoio da Associação Comercial de São Paulo (ACSP).

Em 1998 Carvalho criou um *blog* e, a partir de 2002 fundou o *site* Mídia Sem Máscaras (MSM), momento em que

“ele radicaliza sua prática política anterior, passando a agregar e refinar projetos de cunho chauvinistas e fascizantes, militando abertamente por partidos e organizações de novo tipo, que não se colocassem somente contra uma possível ascensão da esquerda, mas contra qualquer abertura democratizante permitida pela burguesia” (PATSCCHIKI, 2020, p. 283).

Carvalho mudou-se para os EUA, em 2005, sendo correspondente do Diário do Comércio e cercado de uma série de intelectuais e pessoas renomadas da direita nos EUA, inclusive Steve Bannon. No Brasil, a partir da idealização de uma de suas seguidoras, Luciane Amato, e sob supervisão de Carvalho, foi fundado, em 2009, o Instituto Olavo de Carvalho (IOC). Com poucos recursos este tem sido “um espaço importante para a formação e constituição ideológica de futuros intelectuais, possíveis quadros para o MSM” (PATSCCHIKI, 2020, p. 267-268).

Destacamos aqui um artigo jornalístico de Olavo de Carvalho, que sintetiza a sua visão inicial de “marxismo cultural”, publicado em O Globo em 2002⁵. Nele Carvalho usava o tom desqualificador ao abordar autores como Lenin, Lukacs, Escola de Frankfurt e Gramsci, identificando uma hipotética trajetória histórica que iria do marxismo clássico, ao marxismo soviético e ao marxismo revisionista, chegando ao marxismo cultural. Como é praxe nesse tipo de abordagem, aparece a pergunta de Lukacs acerca de “Quem nos salvará da cultura ocidental?”. Frankfortianos e pós modernos são colocados no mesmo conjunto, tendo em comum a luta para “destruir a cultura, destruir a confiança entre as pessoas e os grupos, destruir a fé religiosa, destruir a linguagem, destruir a capacidade lógica, espalhar por toda parte uma atmosfera de suspeita, confusão e ódio”. O autor confirma a concepção de que seriam os EUA o palco privilegiado dessa guerra cultural, e, tal como Minnicino, destaca a “ditadura lingüística do ‘politicamente correto’”, espalhada por romances, filmes, peças de teatro e livros didáticos desde a cultura estadunidense.

Por meio de sua adaptação da teoria conspiratória do “marxismo cultural”, Olavo de Carvalho estabeleceu as bases de uma releitura negacionista da história brasileira, inicialmente um revisionismo do período entre a redemocratização e o final dos governos petistas. Para ele o Brasil teria sido dominado pelo “marxismo cultural” em todo esse período e seus adeptos teriam feito uma revolução cultural silenciosa, abarcando tanto os governos do PSDB quanto do PT, ambos por ele considerados como partidos de esquerda. Na sua construção ideológica, Olavo de Carvalho denunciou, publicamente desde 2001, o que considerava ser uma proposta articuladora de partidos e organizações de esquerda latino-americanos, fundada em 1990 a partir de um seminário promovido pelo Partido dos Trabalhadores na cidade de São Paulo (ROCHA, 2018). Carvalho apresentava o Foro de São Paulo⁶ como o marco da atuação do partido para promover a revolução cultural “gramsciana” no Brasil e espaiá-la pela América Latina, agregando partidos de esquerda e, em suas palavras, organizações criminosas, em conluio com Hugo Chávez e Evo Morales.

De acordo com Rocha (2018), Olavo de Carvalho combateu o que denominava de hegemonia cultural do esquerdismo junto a sociedade civil e do petismo na arena institucional, visando livrar o país do que consideram ser os desvios que se sucederam ao

⁵ *O Globo*, 8 de junho de 2002, que consta no blog de Carvalho: <https://olavodecarvalho.org/do-marxismo-cultural/>

⁶ Sobre o Foro de São Paulo: <http://forodesaopaulo.org/>

período do governo civil militar. Segundo a mesma autora ele foi a principal base ideológica de unificação dos diferentes segmentos da direita brasileira, fundamental para amalgamá-la e garantir a eleição de Bolsonaro. Suas ideias foram reproduzidas por jornais tradicionais e mídias sociais, além do papel crucial dos *think tanks* liberais, como se verá no último item. Além do PT essas ideias conspiratórias contribuíram para a demonização, no Brasil, da esquerda, das universidades e dos intelectuais de esquerda.

3 . Os elementos anticientificistas da Escola Austríaca e o negacionismo histórico no Brasil

Não é à toa que a Escola Austríaca é pouco ministrada nos cursos de economia ao redor do mundo. Seus elementos anticientificistas, seu questionamento aos limites do uso de recursos quantitativos em Economia e a muitos dos fundamentos da teoria neoclássica bem como a todo pensamento de base racional; sua crítica às universidades, aos cursos e professores de Economia, às pesquisas por eles produzidas, tornam essa Escola de difícil compatibilização com as demais visões teóricas da economia. Especialmente Mises, que se coloca como o detentor da Teoria Econômica verdadeira, adota uma abordagem que tende de maneira mais significativa ao dogmatismo e ao antiacademicismo, assumindo, muitas vezes, um tom predominantemente ideológico. Uma exceção importante é Hayek, com o qual autores de peso na academia debateram, recebeu o prêmio Nobel de Economia em 1974, e que adotou uma perspectiva teórica mais sólida, assentada no evolucionismo. Não obstante, mesmo Hayek dá base para o anticientificismo e para o questionamento de todo o conhecimento econômico que se assenta em metodologias pautadas na racionalidade, o que resulta numa visão com um déficit de elementos empíricos, por um lado e, por outro lado, um déficit da dimensão política e social da realidade (BROWN, 2019). Adicionalmente, todos os autores da Escola Austríaca, inclusive Hayek, em função da concepção de Estado que derivam, recusam o ensino público e tendem a reduzi-lo à doutrinação estatal, e, particularmente, criticam o ensino de história em instituições públicas, identificando-o como uma das principais fontes da doutrinação estatal.

Podemos classificar em duas frentes os elementos que tendem a conduzir muitos dos adeptos da Escola Austríaca ao negacionismo histórico: o antirracionalismo que se desprende de seus autores e suas consequências sobre a abordagem histórica; a correspondência que fazem do ensino e da pesquisa, realizados em instituições públicas, com doutrinação e coerção estatal.

Hayek é o autor que melhor fundamenta metodologicamente a posição antirracionalista da Escola Austríaca, que ele mesmo declara ser mais próxima da tradição cristã, por

considerar o ser humano falível. Seguindo a vertente do liberalismo anglo-saxão, Hayek constrói uma perspectiva que considera a razão limitada e preserva um espaço para a espontaneidade, que, na sua visão, não seria racionalizável. Defende que a razão deveria ser usada num âmbito mais restrito, no qual ela pudesse ser controlada e pudesse evoluir. Não se trata, portanto, de uma visão irracionalista ou alinhada ao misticismo, as quais Hayek critica, e sim uma visão que entende a evolução da razão como algo que se dá simultaneamente à evolução da civilização sem poder independente para moldá-la.

Um dos importantes argumentos em defesa da liberdade individual que Hayek apresenta é a noção de que o conhecimento da realidade é parcial, disperso, detido pelos indivíduos isoladamente, ou seja, é sempre fragmentado e impossível de ser integrado. Para ele o desconhecimento da realidade que acomete a todos envolve a “maioria dos fatores dos quais depende a realização dos nossos objetivos e do nosso bem-estar” (HAYEK, 1983, p. 41 e 45).

Desta forma, Hayek entende que as decisões individuais são empreendidas por tentativa e erro, além de levar em conta a soma de experiências passadas na forma de hábitos, tradições e instituições que o próprio homem construiu, sem qualquer planejamento prévio e por simples adaptação ao ambiente. Nessa ordem espontânea criada por Hayek vigora uma mão invisível smithiana mais sofisticada, na qual “cada mudança cria, em certo sentido, um ‘problema’ para a sociedade, embora nenhum indivíduo o perceba como tal; problema que é gradativamente ‘solucionado’ por um novo ajuste global (HAYEK, 1983, p. 43-44).

Assim, a civilização para Hayek é o resultado não planejado e cumulativo desse processo espontâneo, assentado na liberdade individual, no mercado e nas tradições, “em parte transmitidas de geração em geração como conhecimento explícito, embora, em maior proporção, incorporadas em instrumentos e instituições que se revelaram superiores” (HAYEK, 1983, p. 77). Sua concepção de mundo se assenta, portanto, numa evolução endógena do *status quo*, tanto econômico quanto social, que evidencia apenas às assimetrias relativas ao conhecimento individual e parcial que cada indivíduo ou empresa possa ter, e que não comporta nenhuma outra assimetria de natureza estrutural.

Para além das regras e instituições previamente selecionadas por essa ordem espontânea, Hayek considera que qualquer tentativa de se estabelecer planos coletivos a partir de indivíduos ou do Estado levariam a distorções. Deixando-se vigorar a ordem espontânea, operaria um processo virtuoso, no qual o Estado deve se inserir de maneira funcional. Longe de prescindir do Estado, que equivale ao monopólio da coerção, essa ordem

espontânea incorpora o Estado pois reconhece que se deve “minimizar a coerção ou seus efeitos negativos, ainda que não possa eliminá-la completamente”(HAYEK, 1983, p. 27). Nessa ordem hayekiana o Estado existe e atua ativamente apenas para garantir a liberdade individual e a própria ordem espontânea, por meio de uma “coerção impessoal e dependente de normas gerais abstratas”, na qual os seus atos coercitivos “se transformam em dados pelos quais o indivíduo pode pautar seus próprios planos” (HAYEK, 1983, p. 37-38).

Desta forma, o antirracionalismo de Hayek o leva a uma defesa dessa ordem espontânea, que opera por meio do mercado, das regras e das tradições que são selecionadas mediante um processo evolucionário assentado na concorrência. Nela o Estado deve operar como um elemento endogeneizado, por meio de regras claras e gerais, voltadas para promover continuamente a esfera do privado no campo econômico e moral sem atuações no campo social ou mesmo econômico.

Como Hayek recusa a existência de elementos estruturais, desdobrados de análises totalizantes e com efeitos condicionadores sobre as decisões individuais, o máximo que ele apresenta são regras gerais, instituições e tradições selecionadas pela concorrência, fruto do processo evolutivo da ordem espontânea. De outra perspectiva, a liberdade individual e a ação individual não se restringem por relações sociais nem por estruturas sociais e, tudo que a limita para além das instituições endogenamente criadas, é reputado ao exercício inadequado do poder coercitivo do Estado.

Portanto, Hayek se distingue da tradição racionalista, central no conhecimento científico ocidental e crucial para a Ciência Econômica, englobando na sua crítica tanto racionalistas liberais quanto marxistas. Para ele todas essas teorizações seriam científicas e falsas por entenderem o ser humano como “originalmente dotado dos atributos intelectuais e morais que lhe permitiram moldar a civilização de acordo com um projeto”, capaz de “sujeitar tudo à razão humana” visando ao controle e à possibilidade de previsão (HAYEK, 1983, p. 77 e 56).

Como consequência, essa posição antirracionalista de Hayek termina por se desdobrar numa crítica generalizada, tanto ao conhecimento ortodoxo quanto heterodoxo, os quais caracterizam a Ciência Econômica além de toda a História Econômica de base racionalista.

Adicionalmente, Brown destaca que um dos desdobramentos da visão de Hayek é o déficit da dimensão política e a sua explícita recusa a conferir *status* teórico a dimensão social. Ao reduzir o político ao Estado e ao polarizar a defesa da ordem espontânea como

um ataque necessário à dimensão política e social do Estado, passa a confrontar-se com o princípio político que, a seu ver, estimularia um Estado ilimitado e a supremacia do político: a concepção de soberania popular e de democracia que lhe corresponde. Na visão de Hayek, ao ser tangido pelas demandas das massas e movido pelo discurso do social, o Estado expandiria o seu poder, colocando em risco a liberdade individual e mesmo a própria civilização (BROWN, 2019, p. 84 e 103-104).

Em outras palavras, essa redução do político ao Estado opressor e a recusa à existência do social tornam a abordagem de Hayek cega aos processos estruturais, tais como desigualdades sociais e econômicas, historicamente configurados (BROWN, 2019, p. 53 e 55). Do ponto de vista da História Econômica muitas vertentes de peso têm influência de elementos estruturais, embutindo na sua metodologia e nos seus argumentos o racionalismo e as dimensões política e social. O reducionismo teórico de Hayek desqualifica as concepções que trabalham com essas dimensões.

Outra variante do anticientificismo da Escola Austríaca é dada por Mises⁷, que considera o indivíduo como sendo um ser ativo, o *homo agens*, tendo a sua abordagem a ambição adicional de teorizar não apenas o mercado, mas todo tipo de ação humana, traduzida na atitude de empreender com dada finalidade e sob situação de concorrência (MISES, 2010, pp. 35-39). Por meio de sua análise praxeológica Mises⁸ buscava construir uma teoria geral da escolha humana, daí buscando derivar a propriedade privada e também uma ordem espontânea⁹.

Para Mises a capacidade de autogoverno do indivíduo se assenta na liberdade de agir sem ingerências, cada indivíduo adotando a linha de conduta que melhor atenda a seus interesses (MISES, 2010, p. 825). Essa defesa da liberdade individual, de perseguir seus fins pelos meios que lhe forem convenientes, vai além de uma dimensão econômica e do *laissez faire* de Adam Smith, assumindo uma dimensão moral e de valores, entendendo a liberdade individual no campo econômico e dos costumes. Para ele, a atuação empreendedora do indivíduo, em todos os campos de sua existência, promoveria um

⁷ Augusto (2016), num texto profundo sobre Mises, comprova o caráter anti-iluminista, religioso e aristocrático de sua obra.

⁸ A praxeologia é puramente dedutiva e sua premissa básica é a ação, que é empregar meios para atingir determinados fins, fins esses que não caberia a praxeologia se pronunciar sobre, cabendo a ela apenas discutir os meios. De acordo com Augusto o conceito de ação em Mises não passa de uma “manifestação da vontade” e os fins são produtos puros da mente dos indivíduos. Para Mises as premissas da praxeologia são incontestáveis tanto lógica quanto empiricamente, dando-lhe, de acordo com Augusto, o mesmo *status* da verdade revelada por Deus (AUGUSTO, 2016, p. 99).

⁹ Augusto (2016, p. 88) interpreta que existem lacunas na derivação feita por Mises da ordem espontânea, do mercado e da propriedade privada feitas a partir da premissa da ação humana.

processo autocriador, de descoberta e aprendizado, que disciplinaria e formaria o indivíduo, construindo a sua subjetividade numa dinâmica própria, autoconstruída (DARDOT, P.; LAVAL, 2016, pp. 135-142). Por meio dessa ação individual e do acicate da concorrência entre indivíduos também se alcançaria a prosperidade e o bem-estar da sociedade. Daí a recusa de Mises à intervenção do Estado que, na sua visão, restringiria a liberdade individual por meio da atuação para além do estritamente necessário, levando ao totalitarismo e a regressão econômica.

Mises considera que todas as ciências humanas devem ser deduzidas da praxeologia, inclusive a História. Assim fazendo insere a história “no mundo imaterial da mente humana” pois para ele “Não há nada para a história além das ideias das pessoas e as finalidades que elas procuravam motivadas por essas ideias” (MISES, 2007, p. 161 APUD AUGUSTO, 2016, p. 94). Todos “estão livres para recorrer a interpretações bastante arbitrárias” (MISES, 1990, p. 47-48 APUD AUGUSTO, 2016, p. 94) quando se trata de eventos históricos. Essa visão de Mises conduz diretamente ao negacionismo histórico e às práticas revisionistas.

A segunda frente que pode embasar o negacionismo histórico, a mais generalizada de todas e menos estruturada, é a correspondência que Hayek e Mises fazem entre o ensino e a pesquisa realizados por instituições públicas e a doutrinação e coerção estatal. Em países como o Brasil, no qual o grosso do ensino de qualidade e da pesquisa relevantes ocorrem em universidades públicas, essas ideias têm maior efeito destrutivo. Isso atinge por tabela a visão hegemônica de História no ensino básico e superior públicos, inclusive o ensino de História Econômica nos cursos de economia.

Na educação superior Hayek explicita uma perspectiva elitista, tendo como modelo as grandes universidades europeias do século XIX. Critica a expansão do ensino universitário ocorrida no século XX, a qual, para ele, teria reduzido a qualidade dos cursos de graduação. Escrevendo nos anos 1960 Hayek afirma que o ensino de qualidade só se encontraria nas melhores universidades do mundo e nos níveis de mestrado e doutoramento. Nas pesquisas, critica as universidades dos EUA que estimulavam os grupos de pesquisa e afirma, coerente com sua visão individualista, que os principais progressos científicos teriam sido fruto de esforços individuais e do acaso (HAYEK, 1983, pp.372-376).

Sendo ainda mais antiacadêmico do que Hayek, Mises explicita seu olhar crítico com relação ao ensino formal em geral ao afirmar que os “inovadores e os gênios criadores

não se formam nas escolas. Eles são precisamente aqueles homens que questionam o que a escola lhes ensinou” (MISES, 2010, p. 375).

No que tange às universidades públicas, a visão de Mises é totalmente ideológica, entendidas como meros espaços de difusão da doutrina intervencionista do Estado. Afirma que os professores, se não são militantes do intervencionismo ou do socialismo, endossam, sem perceber as inconsistências, “as teses principais da doutrina intervencionista”. Avaliando os cursos de economia de sua época considera que eram “sementeiras socialistas”, com poucos professores críticos ao intervencionismo e ao socialismo. Seguindo nessa linha ideológica afirma que a situação seria ainda pior nos cursos de filosofia, história, literatura, sociologia e ciência política pois os mesmos interpretariam a história “com base na versão vulgarizada e deturpada do materialismo dialético”. Para ele mesmo os poucos professores que questionam o marxismo “por causa de seu materialismo e ateísmo estão dominados pelas ideias apresentadas no Manifesto Comunista e no programa da internacional comunista” (MISES, 2010, pp. 986-990).

Particularmente a crítica de Mises se dirige ao ensino de História, que, a seu ver, sempre sofreu a influência do nacionalismo e do chauvinismo, mas, o que ele considera pior, não teria imparcialidade nem objetividade no âmbito da história doméstica. “A filosofia social do professor ou do autor do livro-texto falseiam a narrativa. Quanto mais for preciso sintetizar e condensar o texto a fim de torná-lo mais compreensível às mentes ainda imaturas de crianças e de adolescentes, piores serão os efeitos” (MISES, 2010, p. 992). Colocando a sua praxeologia como única referência válida, Mises (2010, p. 991) cita fatos históricos avulsos e afirma que marxistas e intervencionistas apresentariam a sua própria interpretação da história, lendo, a seu ver, de maneira enviesada a Revolução Inglesa de 1688, a Revolução Americana, a Revolução Francesa, Robles e Berrocal (2019). Além disso, considera inadequada a fragmentação do ensino de economia em várias áreas e afirma ser comportamento comum dos professores não valorizar a “verdadeira” teoria econômica e sim a história e a estatística. Por tal razão, a seu ver, a “atmosfera universitária torna-se inadequada ao ensino da economia”. Não chega a rejeitar o ensino da História Econômica nos cursos de Economia mas defende que ela deva privilegiar a evolução mais recente e basear-se no que ele considera ser a Teoria Econômica (MISES, 2010, p. 988).

Em resumo, Hayek e principalmente Mises dão bases para uma postura negacionista no campo da história, e, particularmente, da história econômica ministrada nos cursos de economia. Consideram que só as suas interpretações e metodologias são válidas e

reduzem as demais interpretações a exercícios ideológicos de defesa do intervencionismo estatal e do socialismo.

4 . Relação da rede de *think tanks* liberais no Brasil e o negacionismo histórico

Como já deve ter ficado claro, o negacionismo é um fenômeno no campo das ideias, e, particularmente, o negacionismo histórico observado recentemente no Brasil é um fenômeno que se insere num contexto histórico peculiar e suas ideias derivam-se da ideologia do “marxismo cultural” e da apropriação de aspectos anticientifistas encontrados em autores da Escola Austríaca. Este último item visa identificar essas mesmas ideias no discurso político propagado por *think tanks* liberais no Brasil, notadamente os da nova safra formalizada desde meados da década dos 2000, relacionando-as ao negacionismo histórico e ao seu uso no país para promover mudanças políticas e econômicas nos últimos anos.

Antes de fazer essa contraposição parece-nos importante pontuar brevemente como entendemos a relação das ideias com a mudança política. Para tanto resgatamos a visão do historiador Perry Anderson, o qual evidencia, por meio de lições que retira da história, que “as ideias contam no balanço da ação política e dos resultados da mudança histórica”(ANDERSON, 2007, p. 13). Entender o que se passa no âmbito do político e quais ideias têm mobilizado os indivíduos na atualidade exige-nos ouvir com mais atenção esse autor. Para ele, as três grandes ideologias que moveram o mundo nos últimos séculos foram o iluminismo, o marxismo e o neoliberalismo. Nesses três casos, a autor constata o desenvolvimento de um sistema de ideias radicais e intransigentes, independente do que ocorria no contexto e sem expectativa de influência imediata. Se focarmos no terceiro caso que ele apresenta, o autor destaca que a crise que antecedeu ao neoliberalismo, coerente com a leitura marxista, tem fundamentos explicados por elementos da base material e não por ideias. Não obstante, ele constata que a ela se seguiu uma etapa na qual as ideologias se tornaram capazes de influenciar diretamente o curso dos acontecimentos. No segundo caso, Anderson pontua que o posterior êxito político do marxismo se confronta com as suas próprias bases teóricas, tendo em vista que a ideologia do marxismo-leninismo veio à frente da transformação material ocorrida. Mesmo que o posterior colapso da URSS e a reversão do modelo e longa transição chinesa pela via de políticas de mercado nos mostrem, a posteriori, que a lógica marxista clássica acabou por se impor.

Além disso, Anderson (2007) chama a atenção para o fato do poder de mobilização política das ideias nem sempre estar associado a sua profundidade e alcance, citando

como exemplo o caso do nacionalismo no século XIX e XX. Sua principal conclusão, com a qual concordamos, é a de que é possível e talvez necessário dar peso às ideias sem que isso signifique uma adesão ao idealismo e, especialmente, quando se discute a mudança de forma concreta.

Nos dois itens anteriores constatamos que as ideias fundamentadoras do negacionismo histórico têm assumido formatos cada vez mais simplificados, de fácil e rápido consumo em massa. Apesar das últimas décadas não poderem ser interpretadas adequadamente como sendo uma era de batalhas culturais, conforme defendem alguns apologetas do capitalismo, é no *front* cultural que a direita tem mantido a sua mobilização política. A apropriação reducionista que fazem dos conceitos de hegemonia cultural de Gramsci, transmutados na ideologia do “marxismo cultural”, a apropriação simplificada de aspectos da Escola Austríaca, notabilizam essas ideias como armas importantes contra o pensamento crítico e a esquerda. Na batalha das ideias, conforme o próprio Mises (1962) denominava desde a década de vinte do século passado, os *think tanks* liberais ativistas, nacionais e internacionais, têm se notabilizado como importantes vetores, recrutando e mobilizando pessoas por meio de suas redes e das mídias sociais.

Operando em vários países do mundo, nos termos que ela própria estabeleceu, o campo das ideias, a extrema direita estabeleceu vínculos entre si por meio de *think tanks* liberais, com resultados políticos mediante as mobilizações de massas que estimula. O mote utilizado é relativamente comum, com adaptações a cada país, manifesto nas correspondências que faz entre a esquerda, a abordagem de aspectos culturais, dessa diretamente com o “marxismo cultural” e dele com a prática de radicalismos e violência, e até mesmo terrorismo (ROBLES; BERROCAL, 2019, p. 11).

Possivelmente parcela da esquerda, ao absolutizar o cultural e tomar a dimensão política do ponto de vista estritamente cultural, tenha ajudado nesse enquadramento feito pela direita. Robles e Berrocal (2019, p. 8) chegam a afirmar que o foco excessivo no cultural desde os anos 1980 teria “despotencializando a capacidade transformadora da esquerda”. Eles consideram que muitas questões da política, entre maio de 1968 e a queda da União Soviética, foram transpassadas para a cultura por parte da esquerda e, na discussão mais ampla da emancipação social, os elementos clássicos do marxismo teriam sido varridos para debaixo do tapete ou sido reduzidos consideravelmente. Zizek¹⁰, filósofo hegeliano, avalia que a esquerda teria perdido o rumo após a queda do muro de Berlin e da URSS,

¹⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=-ftaltfEdEo>; <https://www.youtube.com/watch?v=veBoQJogOAK>

adotando uma aceitação pacífica do capitalismo, enfraquecendo o foco nos aspectos de fundo, perdendo-se nos aspectos culturais e identitários, característicos do neoliberalismo.

O ressentimento e o furor que Brown (2019) identifica como consequências de mais de quatro décadas da governamentalidade neoliberal nos EUA parcela da esquerda põe na conta dos pós-modernos, que teriam alimentado esses sentimentos, jogado o jogo da direita e enfraquecido as lutas contra o capitalismo ao dividir a esquerda e a sociedade segundo as bandeiras identitárias.

Nesse embate teoria-práxis parece mais promissor seguir as lições de Perry Anderson na relação que estabelece entre as ideias e a mudança política. Sob tal base consideramos que muito mais as próprias ideias neoliberais e menos as ideias pós-modernas teriam influenciado nas mudanças recentes do capitalismo, ganhando parcela da sociedade para a sua visão de mundo. Se até o insuspeito Gramsci tem servido aos propósitos da direita, é importante não perder de vista em que campo o embate ideológico relevante tem se dado.

Segundo Anderson (2007) e Brown (2019), tomamos o político na atualidade como um campo complexo, com o cultural fazendo parte de seu domínio, sem poder ser a ele reduzido, mas também sem equivaler estritamente aos elementos que se derivam das bases materiais. Nesse campo do político gostaríamos de destacar o papel das ideias neoliberais, particularmente do negacionismo científico na história, previamente existente mas que parece ter sido potencializado nos últimos anos como ferramenta de justificativa de ações no presente, coerentes com a governamentalidade neoliberal.

Desta forma, o campo do político não se reduz às questões culturais e identitárias nem se reduz ao Estado, detentor do monopólio da coerção, como entendem os economistas austríacos. Também é insuficiente vê-lo como simples reflexo da estrutura econômica, palco onde as contradições econômicas se manifestam por meio da luta de classes. Concordamos com Brown que o político é um “espaço de poder e valores que delibera age e pensa, molda e governa o comum”. Assim sendo, não é uma dimensão autônoma em relação a outros domínios mas é algo poroso “saturado de forças e valores econômicos, sociais, culturais e religiosos”. Como um espaço do conflito, no campo político se manifestam diferentes dimensões e a sua resultante retrata o grau segundo o qual a democracia é vivenciada em dado contexto (BROWN, 2019, pp.68-69).

Feita essa digressão, passemos a tratar dos *think tanks* liberais ativistas no Brasil. Tal como em outros países do mundo, foi somente a partir dos anos 1980 que as ideias liberais

passaram a contar com gradual aceitação junto à classe empresarial brasileira. Isso se deu graças à atuação dos primeiros *think tanks* liberais aqui criados por empresários. Dentre os precursores se destaca o Instituto Liberal (IL), fundado no Rio de Janeiro em 1983, pelo empresário estadunidense Donald Stewart Jr. Esse instituto foi descentralizado para o Rio Grande do Sul (1986) e para São Paulo (1987), posteriormente Paraná, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Brasília. Mas, afora o IL-RJ, foi no Rio Grande do Sul que o Instituto Liberal prosperou, tornando-se autônomo, em 2003, mudando seu nome para Instituto Liberdade (CASIMIRO, 2018, pp. 269-270).

Vinculado atualmente ao Instituto Liberdade foi criado, em 1984, o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), organização fechada, voltada especificamente para a formação de jovens líderes empresariais numa perspectiva liberal, e que tem organizado, desde 1988, o Fórum da Liberdade. Esse evento transformou-se num importante fórum dos liberais no Brasil, reunindo anualmente seus diferentes segmentos e onde são lançadas as novas organizações que vão se agregando à rede, com conexões nacionais e internacionais (CASIMIRO, 2018);(CASIMIRO, 2020). A Escola Austríaca, notadamente Hayek, e a Escola de Chicago, especialmente Friedman, foram as principais bases teóricas nessa primeira fase.

Particularmente durante o governo FHC, houve um período de fechamento de filiais dos Institutos Liberais nos estados (MG, BA, PR) e perda de dinamismo na atuação das demais organizações (IL-RJ, IL-RS, IL-Brasília e IEE-RS), a despeito de se intensificarem as suas relações com *think tanks* de outros países, especialmente dos EUA. Não obstante, foi a partir de meados da década dos 2000 que surgiu uma nova safra de *think tanks* liberais no Brasil, com posições doutrinárias mais agressivas e que se utilizavam de mídias sociais para massificar o seu pensamento (ROCHA, 2018). Nela aparece o Instituto Milenium (IMIL), fundado em 2005, tornando-se uma organização de maior peso e com um perfil de guarda-chuva que comporta os diferentes segmentos da direita brasileira, atuantes em diferentes áreas. Participam do IMIL quase todos economistas liberais do país, de Paulo Guedes à Gustavo Franco, conjuga representantes e jornalistas da imprensa tradicional (Organizações Globo, Grupo Folha, Grupo Abril, etc), empresários brasileiros de peso (Jorge Gerdau Johannpeter, William Ling), além de novos formadores de opinião como Reinaldo Azevedo e Rodrigo Constantino.

O IMIL também comporta defensores do ultraliberalismo e do conservadorismo extremado. Nesse último grupo se destacam Ubiratan Jorge Iório e Hélio Beltrão, fundadores do Instituto Mises Brasil (IMB), e Miguel Nagib, o fundador do Movimento

Escola Sem Partido (foi membro do IL-DF e colaborador do IMIL no mínimo até 2013) (SALLES, 2017, p. 5).

Além da fundação do IMIL houve também a renovação do IL-RJ que, desde 2012, passou a contar com lideranças novas e mais aguerridas, destacando-se Rodrigo Constantino como uma delas.

Na ocasião foram criadas outras organizações, mais voltadas para recrutamento e formação de jovens universitários, que não produziam conteúdo doutrinário próprio e atuavam apenas suplementarmente na divulgação de conteúdo e de eventos das organizações doutrinárias liberais. Esse foi o caso do Estudantes pela Liberdade (EPL), apresentado no Fórum da Liberdade em 2012, auxiliado pelo *Students for Liberty* Brasil (*SFL* Brasil) e o *Students for Liberty*, na sua estruturação, nos eventos e nas vinculações com alguns *think tanks* internacionais (*Atlas Network* e *Catho Institute* principalmente) (GOBBI, 2016).

Foram as lideranças do EPL que fundaram o Movimento Brasil Livre (MBL), esse último um canal explícito de ativismo político ultraliberal voltado para as massas e também atuante no movimento estudantil nas universidades. Além disso, o EPL recebeu apoio do IMIL e, na atualidade, a atuação nessa frente tem sido empreendida pelo *SFL* Brasil e pelo MBL, esse último derivando a sua atuação no sistema partidário, com vários de seus quadros eleitos e atuantes nas câmaras de vereadores, assembleias legislativas, câmara de deputados e mesmo no senado federal, especialmente nos estados de SP, RS e MG.

Conforme destaca Casimiro (2020), o evento liberal de maior importância é o Fórum da Liberdade e ele se complementa com o braço jovem da rede, a Conferência Anual do EPL (desde 2017 o evento correspondente é o Libertycon, organizado pelo *SFL* Brasil). Neles é comum encontrar-se um amplo leque de palestrantes, de neoliberais austríacos e chicaguistas, à libertários anarcocapitalistas, minarquistas e objetivistas. É importante destacar que algumas ideias negacionistas, de outros campos científicos, por vezes são divulgadas nesses eventos. Um exemplo é David Friedamn, anarcocapitalista utilitarista, filho de Milton Friedman e que discute economia mas sua formação é na área da física. Ele foi palestrante no Fórum da Liberdade, em 2010, ano de lançamento da organização Instituto Mises Brasil (IMB). O mesmo palestrante esteve na Conferência Anual do EPL, em 2015, numa palestra sobre aquecimento global na qual ele negava o efeito da ação humana no fenômeno. Outro exemplo é Olavo de Carvalho, palestrante contumaz no Fórum da Liberdade, presente nos anos de 2000, 2001, 2002, 2004, 2005 e, bem depois, em 2019.

Uma organização importante a se destacar, pelo seu papel de propagador da Escola Austríaca no Brasil, do “marxismo cultural” e do anarcocapitalismo, é o Instituto Mises Brasil (IMB). Foi fundado, em 2007, por Hélio Coutinho Beltrão e pelos irmãos Fernando Fiori Chiocca e Cristiano Fiori Chiocca. Hélio Coutinho Beltrão é um dos adeptos de primeira hora à crítica do “marxismo cultural”, polemizando no Orkut desde 2004, com Rodrigo Constantino (IMIL e IL-RJ), que também participava do IMB e depois saiu.

Em 2016, ocorreu uma dissensão interna no IMB, com os irmãos Ciocca apontando incoerências na atuação política de Hélio Beltrão com a linha libertariana de Mises e de Rothbard, resultando numa barulhenta disputa jurídica e na fundação do Instituto Rothbard.

Além de traduzir e divulgar bibliografias e vídeos da Escola Austríaca, o IMB divulga artigos jornalísticos, promove encontros sobre a Escola Austríaca e responde por um curso de pós-graduação nessa temática. No *site* e *blog* do Instituto Mises Brasil e do Instituto Rothbard os artigos apresentam críticas extremas à esquerda, feitas por empresários vinculados às ideias da Escola Austríaca e ao *Mises Institute* (Alabama-EUA), além de diletantes e acadêmicos defensores de posições dissonantes, com um explícito o alinhamento às visões do “marxismo cultural”.

Rocha (2018) destaca como Hélio Beltrão se coloca como um ultraliberal, crítico dos neoliberais e dos socialdemocratas, defensor de ideias extremas como a abolição do monopólio da moeda, a extinção do Banco Central e o fim das políticas monetárias ativas; a extinção de órgãos anti-truste e de regulação estatal; além da privatização de estatais a abolição dos investimentos estatais em infraestrutura básica; o fim dos gastos com educação e a saúde básicas públicas e com as políticas de renda mínima; contrário a tentativas de simples harmonização das leis e impostos entre os estados e defensor de uma extrema redução da carga tributária.

Alguns ultraliberais, fundamentados em Mises e Rothbard, defendem a liberdade na pauta dos costumes mas sem regulação estatal, o que envolve a liberação do porte de armas para cidadãos comuns, a extinção de patentes e de direitos autorais, a liberalização do aborto, da união homoafetiva, de substâncias ilícitas (ROCHA, 2018, pp. 139-140). Mas esse segmento foi sendo marginalizado no IMB e no contexto da amalgama política que se formou e elegeu Bolsonaro. Essa pauta dos costumes de alguns dos membros do IMB terminou por ficar mais com o grupo minoritário e politicamente menos expressivo que depois se abrigou no Instituto Rothbard, com o IMB passando a adotar uma posição mais pró-*establishment* após a deposição de Dilma Rousseff.

No *site* do IMB encontramos três artigos que versam especificamente sobre “marxismo cultural”¹¹. O primeiro, publicado em maio de 2016, cujo título é “A Escola de Frankfurt, o marxismo cultural, e o politicamente correto como ferramenta de controle”, é uma tradução de um texto de um empresário suíço. Ele apresenta como objetivo do “marxismo cultural” “reprogramar a sociedade por meio de uma engenharia social revolucionária” resultando, assim, numa “destruição da civilização ocidental e tudo o que ela representa” (GRASS, Claudio, 2016), seu sistema econômico e suas tradições cristãs e familiares. O outro texto, publicado em outubro de 2018, é intitulado “O marxismo cultural e o politicamente correto contra o povo - quem vence?”. É de autoria de um professor de Economia da Universidade Federal de Sergipe, que identifica na cultura do politicamente correto o principal instrumento da esquerda para impor a uniformidade de pensamento, eliminar e criminalizar a livre expressão, resultando na “corrupção moral das pessoas” (MUELLER, Antony, 2018).

Outro artigo, que fala sobre “marxismo cultural” e educação, foi escrito por Ubiratan Jorge Iório, professor de Economia na UERJ e Diretor Acadêmico e Membro Honorário do Instituto von Mises Brasil. Intitulado “Gramsci, Paulo Freire e a batalha da linguagem: nosso declínio começou com a deturpação das palavras”, o artigo, de 24 de novembro de 2016, denuncia o “marxismo cultural” e acrescenta Paulo Freire à lista dos autores malditos, promotores dessa hipotética estratégia de hegemonia. Defende que o politicamente correto seria o meio da esquerda enquadrar quem pensa por conta própria e faria parte da estratégia “gramsciana” de implantar o socialismo no Brasil, através da degradação da linguagem e ferindo a razão. A estratégia da esquerda seria baseada em Paulo Freire, Gramsci, Piaget, Bakhtin, todos comunistas, e defensores de um projeto político que visa à revolução proletária antecedida por mudanças de mentalidade e cujos agentes são os intelectuais de esquerda e a ferramenta essencial é a escola¹².

Retomando a rede de organizações, a última a ser citada é o Brasil Paralelo, criada em 2016, lançada no Fórum da Liberdade em 2017, tendo um perfil de extrema direita e conservador, que visa confrontar o “marxismo cultural” por meio de um revisionismo da história do Brasil. Inspirada nas ideias de Olavo de Carvalho¹³, opera num canal do *Youtube* postando vídeos que produz com autofinanciamento, tendo, em 2019, mais de

¹¹ <https://www.mises.org.br>

¹² <https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=2574>

¹³ Sobre Olavo de Carvalho e sua imagem pública ver Patschiki (2020). Casimiro também evidencia o papel de destaque de Olavo de Carvalho como referência intelectual de frações relevantes da nova direita brasileira com participação em eventos das organizações da rede (2020, p. 101-102).

um milhão de inscritos (CASIMIRO, 2020, p. 97-98). Este é o canal por excelência do negacionismo histórico, conforme apontam ROSA et al (2020) e SANTOS et al (2020).

A despeito das inúmeras peculiaridades de cada uma dessas organizações que compõe essa rede de *think tanks* liberais, do amplo espectro da direita que cobrem, Rocha (2018) e Casimiro (2020) constatam que elas operaram de maneira articulada no âmbito do movimento pró-*impeachment* de Dilma Rouseff. Por meio das conexões que mantem com a mídia tradicional, somadas a potencialização das mídias sociais que a rede como um todo é capaz de movimentar, o uso de *bots* cujas origens nem sempre é fácil identificar, operaram como vetores de ideias liberais junto à sociedade brasileira. Parcela dessas ideias são negacionistas e, dentre essas, encontramos as ideias negacionistas históricas. Rocha (2018) identifica Olavo de Carvalho como o ideólogo cujas ideias serviram de amálgama política dos segmentos da direita e de parcela da população na eleição de Bolsonaro. Um de seus componentes é a releitura histórica do período da redemocratização do Brasil até os governos petistas, mote organizador da ação política conjunta. A partir de sua propagação generalizada por toda a rede de organizações liberais abriu-se um amplo espaço para o estilo político agressivo de Olavo de Carvalho e para os extremistas do IMB. Num momento seguinte, com a criação do Brasil Paralelo, o revisionismo histórico retrocedeu até o Brasil colônia. De acordo com Casimiro (2020, p. 99) o Brasil Paralelo justifica com suas ideias as pautas reacionárias e autoritárias do presente.

O governo Bolsonaro, eleito sob esse mote ideológico¹⁴, conforme recordam Robles e Berrocal, logo que assumiu se comprometeu em combater o “marxismo cultural” e o politicamente correto no país, e destituir “servidores comunistas” na administração pública federal (ROBLES; BERROCAL, 2019, p. 17). Em 2019, a rede de *think tanks* liberais explicitou o seu apoio ao governo Bolsonaro, conforme aponta Casimiro (2020, p. 100), com a presença no Fórum da Liberdade de 2019 de vários representantes do alto escalão, muitos com posições ultraliberais. O próprio Paulo Guedes foi indicação de Winston Ling, importante empresário do IL-RS. Inspirador de Bolsonaro e seus filhos, Hélio Coutinho Beltrão (IMB) foi um dos seus primeiros apoiadores, além de primeiro

¹⁴ Woods, escrevendo sobre o Brasil, identifica o marxismo cultural como a base ideológica do governo Bolsonaro: <https://www.faiobserver.com/insight/cultural-marxism-conspiracy-far-right-jair-bolsonaro-brazil-latin-america-news-00054/>

defensor na imprensa do uso da hidroxicloroquina no combate à COVID-19 bem como crítico contumaz às políticas de isolamento social.

5 . Breves notas conclusivas

Durante a grave crise financeira de 2008 e agora com a atual crise sanitária da COVID-19, alguns analistas respeitáveis decretaram o fim do Neoliberalismo. Mas não há sinais de que isso esteja de fato em curso. Particularmente, parece ser um momento em que o capitalismo neoliberal alcançou uma ampla consolidação de sua ideologia, cada vez mais articulada e com capacidade de mobilização política. Essa mobilização se traduz na disseminação pelo mundo de movimentos sociais de natureza regressiva, voltados para mudanças que resultam no aprofundamento das políticas pró-mercado e na destruição de direitos e do legado ideológico do passado, notadamente das noções de soberania e de direitos civis, que caracterizaram especialmente as sociedades europeias até pelo menos a década de 1970 do século passado. Tais mobilizações tem como mote especialmente a ideologia do “marxismo cultural”, que alimenta polarizações e criminaliza a esquerda e as políticas públicas que a caracterizam, localizando num mesmo conjunto socialistas, socialdemocratas e até mesmo neoliberais, abrindo espaço para o ultraliberalismo e o conservadorismo. O negacionismo histórico é uma arma importante nessa mobilização política da direita, no caso brasileiro, além de contaminar o campo político de forma duradoura, ensejando o *impeachment* de Dilma e a eleição de Bolsonaro, ainda se presta para justificar no presente os aprofundamentos e os desmontes liberalizantes bem como os retrocessos no campo dos costumes.

6 . Referências

- ANDERSON, P. *As idéias e a ação política na mudança histórica*. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/praxis/174/As%20id%C3%A9ias%20e%20a%20a%C3%A7%C3%A3o%20pol%C3%ADtica%20na%20mudan%C3%A7a%20hist%C3%B3rica.pdf?sequence=1>. Acesso em 10 jan 2021.
- AUGUSTO, A. G. . O Neoliberalismo Religioso e Aristocrático de Von Mises. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 44, 2016.
- BARBOSA, J. R.. Movimentos sociais regressivos e potencialidades fascizantes no Brasil contemporâneo. In: MARTINS (org.), *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje: Greve Geral de 1917, embate antifascista de 1937 e mobilizações atuais*. SP: Eduções Hipótese, 2018, pp. 391–431.
- BROWN, W.. *Nas ruínas do neoliberalismo*. SP: Filosófica Politéia, 2019.
- CASIMIRO, F. H. C.. *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. SP: Expressão Popular, 2018.
- CASIMIRO, F. H. C. Fórum da Liberdade: o grande palco das direitas e do movimento reacionário no Brasil. In SANTOS; MIRANDA (Orgs.). *Nova Direita , Bolsonarismo e Fascismo : Reflexões sobre o Brasil*, SP: Textos e Contexto, 2020, pp. 84–104.
- CECCO, L. . Gramscismo: uma ideologia da extrema direita. 2019, Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/05/08/gramscismo-uma-ideologia-da-extrema-direita/>, Acesso em:

15 jan 2021

- DARDOT, P.; LAVAL, C. . *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. SP: Boitempo, 2016..
- DARDOT, P.; LAVAL, C.. Anatomia do novo neoliberalismo. *Revista Viento Sur*, 164, 1–16, 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/591075-anatomia-do-novo-neoliberalismo-artigo-de-pierre-dardot-e-christian-laval>. Acesso em 13 fev 2021.
- DIETHELM, P., & MCKEE, M. (2009). Denialism: what is it and how should scientists respond? *European Journal of Public Health*, 19(1), 2–4., 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckn139>. Acesso em: 02 de fev 2021.
- GOBBI, D. . *Identidade em ambiente virtual: uma análise da Rede Estudantes Pela Liberdade*. Dissertação de mestrado, 2016 [Universidade de Brasília (UnB)]. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22245/1/2016_DanielGobbiFragadaSilva.pdf
- HAYEK, F.. *Os Fundamentos da Liberdade*. Visão., 1983. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>. Acesso em: 20 ago de 2020.
- HAYEK, F. A. von.. Freedom, Reason, And Tradition. *Ethics An International Journal Of Social, Political, And Legal Philosophy*, LXVIII(4), 229–245, 1958.
- MINNICINO, M.. The New Dark Age: The Frankfurt School And ‘Political Correctness.’ *Fidelio Magazine*, 1(1), 1991. Disponível em: https://archive.schillerinstitute.com/fid_91-96/921_frankfurt.html. Acesso em: 20 de fev 2021.
- MISES, L. Von.. *Socialism: an economic and sociological analysis*. New Haven Yale University Press, 1962.
- MISES, L. Von.. *Ação Humana: um tratado de economia*. SP: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010. Disponível em: <http://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/arquivos/acao-humana.pdf>. Acesso em: 10 de jun 2020.
- PATSCHIKI, L.. Olavo de Carvalho: uma biografia. In: (Orgs) SANTOS; MIRANDA. *Nova Direita , bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil*. Ponta Grossa: Textos e Contexto, 2020, pp. 231–291.
- ROBLES, Miguel Ángel Rego; BERROCAL, A. S.. CONSPIRACIÓN Y MEME EN LA ALT-RIGHT Notas sobre el mito del marxismo cultural. *Re-Visiones*, 9, 2019, pp 1-27.
- ROCHA, C. . “Menos Marx, mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Tese de doutorado [Universidade Estadual de São Paulo], 2018. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-19092019-174426/publico/2018_CamilaRocha_VOrig.pdf. Acesso em: 5 abr de 2020.
- ROSA, Pablo Ornelas; ÂNGELO, Vitor Amorim de; MOURÃO, Pedro Jorge Chaves; FERREIRA, C.. Estratégias de constituição de um novo regime de verdade a partir das produções audiovisuais do Brasil Paralelo: uma análise sobre o negacionismo. In: SANTOS; MIRANDA (Orgs.). *Nova Direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil*. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020, pp. 292–325.
- ROSENAU, J.. Science denial: a guide for scientists. *Trends in Microbiology*, 20(12), 567–569, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.tim.2012.10.002>, Acesso em: jan 2021.
- SALLES, D. da C. . As bases do conceito de “doutrinação ideológica” do Movimento Escola Sem Partido na obra de Nelson Lehmann da Silva. *XXIX Simpósio Nacional de História*, 2017. Disponível em: https://professorescontraoescolasespartido.files.wordpress.com/2016/07/artigo_anpuh-2017.pdf. Acesso em fev de 2020.
- SANTOS, Mayara Aparecida Machado Balestro dos; PEREIRA, E.. Brasil Paralelo: atuação, dinâmica e operação: a serviço da extrema-direita (2016-2020). In: SANTOS; MIRANDA (Orgs.). *Nova Direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil*. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020, pp. 326–354.
- WOODS, A.. *The American Roots of a Right*, 2019. Disponível em: <https://communemag.com/the-american-roots-of-a-right-wing-conspiracy/>, Acesso em: fev 2021